

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	8
RESUMO .....	14
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	16
INTRODUÇÃO .....	18
CAPÍTULO I REGULAÇÃO ESTATAL .....	32
1.1 Formas de regulação da gestão pública e privada.....	32
1.1.1 Ente estatal incumbido da prestação da atividade.....	36
1.1.2 Administração direta .....	37
1.1.3 Autoridades reguladoras independentes: agências reguladoras ..	38
1.2 Concepção de regulação estatal .....	48
1.3 Elementos e características essenciais da atual concepção de regulação estatal .....	56
1.3.1 Interferência pública intencional.....	56
1.3.2 Normas jurídicas, decisões políticas, judiciais e administrativas .....	59
1.3.3 Indicação, indução ou imposição, proibição ou permissão das escolhas de outrem ou de si mesmo .....	83
1.3.4 Interesses públicos .....	85
1.4 Justificação e crítica da regulação.....	92
1.5 Formas, tipos e classificações da regulação estatal .....	94
1.5.1 Regulação setorial e transversal (quanto à abrangência) .....	95
1.5.2 Regulação normativa, judicante e executiva (quanto à forma jurídica) .....	96
1.5.3 Heterorregulação e autorregulação (quanto aos sujeitos ou incidência).....	98
1.5.4 Regulação "hostil" e "amiga" (quanto ao trato).....	99
1.5.5 Regulação fraca e forte (quanto à intensidade).....	99
1.5.6 Regulação protecionista e em favor de outros interesses (quanto aos beneficiários) .....	100

1.5.7 Regulação ordenatória ou limitatória, prestacional e estimulativa (quanto à forma de integração) .....	101
1.5.8 Regulação econômica e social (quanto ao fim) .....	103
1.5.9 Outras formas, tipos e classificações existentes .....	106
CAPÍTULO II AUTORREGULAÇÃO PRIVADA .....	110
2.1 Reconhecimento e estímulo legal e institucional da autorregulação privada.....	110
2.2 Concepção de autorregulação privada .....	114
2.3 Elementos e características essenciais da concepção de autorregulação privada .....	118
2.3.1 Estabelecimento de padrões de comportamento .....	118
2.3.2 Criados por entes extraestatais ou não .....	122
2.3.3 Estabelecidos por documento escrito .....	125
2.3.4 Autolimitação da vontade de quem elabora, aprova e subscreve ou adere .....	128
2.4 Vantagens e desvantagens da autorregulação privada .....	131
2.5 Dimensões ou tipos de autorregulação privada .....	144
2.6 Ferramenta alternativa ou prioritária em relação à regulação estatal .....	150
2.7 Autorregulação regulada .....	153
CAPÍTULO III CÓDIGOS DE CONDUTA E BOAS PRÁTICAS ..	156
3.1 Finalidades e razões do desenvolvimento dos códigos de conduta e boas práticas .....	156
3.2 Concepção de códigos de conduta e boas práticas.....	160
3.3 Elementos e características essenciais da concepção de códigos de conduta e boas práticas .....	165
3.3.1 Instrumentos de exteriorização de determinados comportamentos .....	165
3.3.2 Caráter vinculante .....	166
3.3.3 Livre manifestação de vontade .....	168
3.3.4 Participação e acordo entre todas as partes .....	169
3.3.5 Aprovação ou reconhecimento pelo Poder Público .....	172

3.3.6 Bem maior.....	172
3.3.7 Selo, símbolo ou distintivo de qualidade ou de confiança.....	173
3.3.8 Organismo de controle independente e imparcial.....	175
3.3.9 Capacidade sancionadora ou repressora .....	178
3.3.10 Mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos .....	181
3.4 Tipos, classificações e exemplos de códigos de conduta e boas práticas .....	186
3.5 Natureza jurídica dos códigos de conduta e boas práticas .....	188
CONCLUSÕES .....	200
REFERÊNCIAS.....	224